



LEI Nº 2.596 DE 10 DE JULHO DE 2024.

PUBLICADO

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2025, e dá outras providências.

Em 12/07/2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publ. n.º 1458

Disposições Preliminares

Art.1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal e em observância às disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Orgânica Municipal, as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Saquarema referente ao exercício financeiro de 2025, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública municipal;
- II - orientações básicas para elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- III - disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV - disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V - equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - critérios e formas de limitação de empenho;
- VII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII - condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas e cobertura de necessidades de pessoas físicas;
- IX - autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI - definição de critérios para início de novos projetos;
- XII - definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII - incentivo à participação popular;
- XIV - define percentual da reserva de contingência;
- XV - as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º Em consonância com o disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, as principais metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2025, especificadas de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual vigente, são as constantes no Anexo de Metas e Prioridades, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2025 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.



§ 1º O projeto de Lei Orçamentária para 2025 deverá ser elaborado em consonância com as principais metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º O projeto de Lei Orçamentária para 2025 conterá demonstrativo da observância das principais metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

Seção II Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I Das Diretrizes Gerais

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção à qual se vincula.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações estabelecidas na Portaria SOF nº 42, de 14 de abril de 1999 e suas alterações, e em conformidade com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, 04 de maio de 2001 e suas atualizações e com a Lei Municipal estabelecidora do Plano Plurianual 2022-2025 e suas respectivas atualizações.

Art. 4º Os orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos discriminarão as despesas, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei Federal nº 4.320/64.



Art. 5º Os orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e autarquias, que recebam recursos do Tesouro Municipal, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Art. 6º O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I - texto da Lei;
- II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- III - quadros orçamentários consolidados;
- IV - anexos do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V - demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 7º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de Lei Orçamentária de 2025 serão elaboradas a partir dos valores correntes do exercício findo de 2023, projetados ao exercício a que se referem, considerando-se outros gradientes e variáveis aplicáveis em caso específico.

Parágrafo único. O projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo 15 (quinze) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. Os órgãos e ou entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão à Secretaria Municipal de Planejamento, até 15 (quinze) dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º O Poder Legislativo e os órgãos e ou entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo encaminharão à Secretaria Municipal de Planejamento, até 30 de julho de 2024, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10 Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.



Art. 11 A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos e ou entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Poder Executivo submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12 A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária Municipal, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município, através de seus órgãos e ou entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 13 Na Lei Orçamentária Municipal para o exercício de 2025, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças, informará até o dia 30 de junho de 2024 o montante das dívidas contratadas com o cronograma de pagamentos sendo segregados os valores de amortização, juros e demais encargos.

Art. 14 A Lei Orçamentária Municipal poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15 A Lei Orçamentária Municipal poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16 A Procuradoria Geral do Município manterá, na forma de banco de dados, relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2025, conforme determina o artigo 100, § 1º da Constituição Federal, discriminada por grupos de despesas, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - tipo de causa julgada;
- III - data do trânsito em julgado;



- IV - número do precatório;
- V - data da autuação do precatório em livro próprio;
- VI - nome do beneficiário e o número de registro no cadastro de pessoas físicas no Ministério da Fazenda;
- VII - valor do precatório a ser pago.

§ 1º A Procuradoria Geral do Município comunicará à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do requerimento desta, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 2º A relação dos débitos, de que trata o caput deste artigo, somente incluirá precatórios judiciais cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e que atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

- a) certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; ou
- b) certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação nos respectivos cálculos.

Subseção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17 A Lei Orçamentária Anual conterà reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2025, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos, eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18 Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de vantagens, aumentos de remuneração e revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos com planos de carreira legalmente estabelecidos e inativos, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais normas legais pertinentes.

§ 1º Além de observar as normas do caput no exercício financeiro de 2025, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender às disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal.



§ 3º Fica, em conformidade com o disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, assegurada aos servidores efetivos e inativos do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) a revisão geral anual de suas remunerações, a ser concedida no exercício de 2025, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), relativo ao exercício de 2024, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19 Se durante o exercício de 2025 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 20 A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Municipal para o exercício de 2025, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21 A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I - revisão e atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;



- V** - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI** - revisão e instituição de novas taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII** - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII** - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
- IX** - instituição, por Lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X** - a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 22 O projeto de Lei Municipal que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação, com base nos registros dos créditos da fazenda pública, promover as demonstrações exigidas pela legislação mencionada no caput.

Art. 23 Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária Municipal poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 24 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Municipal serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 25 Os projetos de Lei Municipais que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2025 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2025 a 2027, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de Lei Municipal que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 26 As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

- I** - para elevação das receitas: a - implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei; b - atualização e informatização do cadastro imobiliário; c - chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.



II - para redução das despesas: a - implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores; b - revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27 Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2025, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e ou legal e as despesas destinadas ao pagamento de serviços da dívida pública.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe coube tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º O Poder Executivo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirá e publicará ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos seus respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 28 O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º A Lei Orçamentária Municipal de 2025 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.



§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas e Cobertura de Necessidades de Pessoas Físicas

Art. 30 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Municipal e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades e ou instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

- I - às entidades que possuam em seus escopos institucionais ou sociais o atendimento ao público, de forma gratuita, nas áreas da assistência social, saúde, educação e ensino em geral, esporte, cultura, civismo ou cidadania, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e proteção e preservação do meio ambiente;
- II - às demais entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada e previstas em seus escopos institucionais ou sociais e de comprovado interesse social;
- III - às entidades que tenham sido declaradas por Lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos, aplicando-se, no que couber, às entidades públicas, respeitada a sua natureza jurídica específica, apresentando a declaração de seu regular funcionamento emitida, no exercício de 2025, por, no mínimo, uma autoridade local e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria ou administração;

Art. 31 É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I - de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, esporte, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;
- II - associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a Administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais;
- III - destinadas aos programas de desenvolvimento industrial ou incentivo à prática esportiva.

Art. 32 Na execução das ações de que tratam os artigos 30 e 31 desta Lei fica dispensada a autorização específica exigida pelo caput do artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 33 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Municipal e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções econômicas, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas com fins lucrativos, mediante autorização expressa em Lei específica, nos termos do previsto no artigo 19 da Lei Federal n.º 4.320/1964 e artigo 26 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Art. 34 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Municipal e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação,



exceto para atender as situações que envolvam o atendimento de interesses locais, observadas às exigências do artigo 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 35 As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 36 As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 e 31 desta Seção deverão ser precedidas de aprovação pela Procuradoria Geral do Município e da celebração do correspondente instrumento jurídico.

§ 1º Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização das despesas executadas com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 37 É vedada a destinação na Lei Orçamentária Municipal e em seus créditos adicionais, de recursos para direta ou indiretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na Lei específica.

Parágrafo único. As normas deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS e para os fins a que tais medidas se destinam.

Art. 38 A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos e ou entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 39 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Municipal e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante Lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação do competente plano de trabalho e da celebração de convênio, em conformidade ao previsto no artigo 184 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 40 O Poder Executivo Municipal estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º Para atender ao caput deste artigo, os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, os seguintes demonstrativos:

- I - as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- II - a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025;

§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 41 Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária Municipal de 2025 e seus créditos adicionais, observado o disposto no artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente e com as normas desta Lei;
- II - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito;
- V - forem ações destinadas a saúde, educação, segurança ou assistência social.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele em que sua execução se iniciar até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2025, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2024.



Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 42 Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 43 Na condição de instrumentos de transparência da gestão fiscal, incluídos o Plano Plurianual – PPA, a Lei Orçamentária Anual – LOA e esta Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, dentre outros atos próprios, segundo definido no artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, será conferida a ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 44 Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

- I - aprovação da proposta orçamentária de 2025, no procedimento de análise do Legislativo, mediante regular processo de consulta;
- II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo, por meio do controle municipal, demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 45 As categorias de programação, aprovadas na Lei Orçamentária Municipal e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através de Lei específica aprovada pela Câmara Municipal.

Art. 46 A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual – LOA conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares até o montante correspondente a, no máximo, 35% (trinta e cinco por cento) do total do Orçamento Geral do Município, observadas as hipóteses de ressalvas ou exceções previstas na LOA para o exercício financeiro de 2025.



§ 2º Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais as respectivas exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 47 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará, tempestivamente, os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorrida.

Art. 48 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito, utilizando os recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 49 O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 50 Quando da oportuna apresentação do projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício de 2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO poderá ser revisada para fins de prever a atualização das metas ora fixadas, adequando-as à realidade daquele momento.

Art. 51 Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I - Anexo de Metas Fiscais;
- II - Anexo de Riscos Fiscais;
- III - Parecer da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social;
- IV - Anexo de Metas e Prioridades.

Art. 52 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saquarema, 10 de julho de 2024.


Manoela Ramos de Souza Gomes Alves
Prefeita



LEI Nº 2.596 DE 10 DE JULHO DE 2024

ANEXO I

AMF Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS
 2025

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
	Receita Total Receitas Primárias (I) Receitas Primárias Correntes Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Transferências Correntes Demais Receitas Primárias Correntes Despesa Total Despesa Primárias (II) Despesa Primárias Correntes Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes Despesa Primárias de Capital Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) - (I) - (II) Dívida Pública Consolidada (DC) Dívida Consolidada Liquida (DCL) Resultado Normal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	3.220.905.076,98 3.074.210.116,81 3.074.210.116,81 165.623.015,69 2.893.338.961,90 15.248.139,21 3.067.250.258,18 2.647.962.062,89 2.050.848.008,30 490.819.540,26 1.554.028.462,04 597.114.054,59 7.390.435,05 426.248.053,92 10.920.174,70 -2.669.290.947,70 2.050.000,00	3.127.092.307,75 2.984.670.016,32 2.984.670.016,32 160.799.044,36 2.899.066.953,31 14.804.018,65 2.977.912.872,02 2.570.836.954,26 1.991.114.571,17 482.349.074,04 1.508.765.497,13 579.722.383,10 7.175.179,66 413.833.062,06 10.602.111,36 3.523.583.444,37 1.990.291,26	1,10 1,05 1,05 0,06 0,99 0,01 1,05 0,91 0,70 0,17 0,53 0,20 0,00 0,15 0,00 -0,89 0,00	1,00 0,95 0,95 0,05 0,90 0,00 0,95 0,82 0,64 0,15 0,48 0,19 0,00 0,13 0,00 -0,81 0,00	3.117.245.935,90 3.166.436.420,31 3.166.436.420,31 170.941.229,58 2.979.591.331,59 15.705.583,39 3.158.995.787,21 2.727.400.924,78 2.112.373.448,55 511.724.132,65 1.600.649.315,90 615.027.476,23 7.612.148,10 439.035.495,54 9.020.174,70 2.600.290.947,70 1.900.000,00	3.126.822.448,77 2.984.670.016,32 2.984.670.016,32 161.128.503,70 2.808.550.600,05 14.804.018,65 2.977.656.505,99 2.570.836.954,26 1.991.114.571,17 482.349.074,04 1.508.765.497,13 579.722.383,10 7.175.179,66 413.833.062,06 8.302.379,77 2.451.023.609,86 1.790.932,23	1,14 1,09 1,09 0,06 1,02 0,01 1,08 0,93 0,72 0,18 0,55 0,21 0,00 0,15 0,00 -0,89 0,00	0,97 0,93 0,93 0,05 0,87 0,00 0,93 0,80 0,62 0,15 0,47 0,18 0,00 0,13 0,00 -0,76 0,00	3.115.644.447,86 2.984.670.016,32 2.984.670.016,32 169.732.452,93 2.779.682.097,53 15.594.524,50 2.967.037.405,13 2.570.836.954,26 1.991.114.571,17 482.349.074,04 1.508.765.497,13 579.722.383,10 7.175.179,66 413.833.062,06 6.882.025,15 -2.381.007.285,17 1.372.712,49	1,167 1,118 1,118 0,064 1,041 0,0058 1,111 0,963 0,746 0,181 0,565 0,217 0,003 0,155 0,003 -0,892 0,001	1,00 0,96 0,96 0,05 0,89 0,01 0,95 0,82 0,64 0,15 0,48 0,19 0,00 0,13 0,00 -0,76 0,00

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento
 Nota: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo proposta no item 016/000 - Anexo da Parte III da MDH. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com os fundos do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

RS 1,00

Parâmetros	2025	2026	2027
PIB nominal ¹	2.918.077.000,00	2.919.077.000,00	2.918.077.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	3.222.855.467,09	3.319.254.837,72	3.406.728.469,05

Nota: ¹ PIB nominal fixado no momento da elaboração desta Lei (em R\$).



LEI Nº 2.596 DE 10 DE JULHO DE 2024

ANEXO II

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2025

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	2.663.172.337,10	0,91	1,95	2.696.397.012,60	0,92	1,02	33.224.675,50	0,01
Receitas Primárias (I)	2.593.786.054,60	0,89	1,90	2.429.948.124,20	0,83	0,92	-163.837.930,40	-0,06
Despesa Total	2.663.172.337,10	0,91	1,95	1.981.668.308,80	0,68	0,75	-681.504.028,30	-0,26
Despesas Primárias (II)	2.553.043.931,47	0,87	1,87	2.019.332.923,20	0,69	0,77	-533.711.008,27	-0,21
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	40.742.123,13	0,01	0,03	410.615.201,00	0,14	0,16	369.873.077,87	9,08
Divida Pública Consolidada (DC)	24.119.484,60	0,01	0,02	15.020.174,70	0,01	0,01	-9.099.309,90	-0,38
Divida Consolidada Líquida (DCL)	614.812.490,08	-0,21	-0,45	2.699.290.947,70	-0,93	-1,03	-2.084.478.457,62	-3,39
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	79.861.360,77	0,03	0,06	654.264.042,90	0,22	0,25	574.402.682,13	7,19

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento
 NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha

RS 1,00

Parâmetros	Valor Previsto 2023*	Valor Realizado 2023*
PIB nominal	2.918.077.000,00	2.918.077.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	1.364.825.559,00	2.632.361.690,20

Nota: PIB nominal previsto para 2023, constante do anexo de Metas Fiscais do exercício de 2023.
 Nota: PIB nominal realizado em 2023, foi utilizado montante divulgado pela Fundação Cepeq.



LEI Nº 2.596 DE 10 DE JULHO DE 2024

ANEXO III

AM/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2025

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES											
	2022	% PIB	2023	% PIB	2024	% PIB	2025	% PIB	2026	% PIB	2027	% PIB
Receita Total	1.811.298.792,25	0,62	2.663.172.337,10	0,91	3.498.799.643,58	0,86	3.220.905.076,98	1,10	3.317.245.935,90	1,14	3.404.548.810,58	1,17
Receitas Primárias (I)	1.877.849.532,47	0,64	2.593.786.054,60	0,89	2.345.667.813,28	0,80	3.074.210.116,81	1,05	3.166.436.420,31	1,09	3.261.429.512,92	1,12
Despesa Total	1.811.298.792,25	0,62	2.663.172.337,10	0,91	2.498.799.643,58	0,86	3.067.250.258,18	1,05	3.158.995.787,21	1,08	3.242.161.882,60	1,11
Despesas Primárias (II)	1.768.368.575,14	0,61	2.553.043.931,47	0,87	2.436.564.105,44	0,83	2.647.962.062,89	0,91	2.727.400.924,78	0,93	2.809.222.952,52	0,96
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	6.704.241,27	0,00	40.742.123,13	0,01	90.896.292,16	0,03	426.248.053,92	0,15	439.035.495,54	0,15	452.206.560,40	0,15
Dívida Pública Consolidada (DC)	34.447.019,67	0,01	24.119.484,60	0,01	12.995.174,70	0,00	10.920.174,70	0,00	9.020.174,70	0,00	7.520.174,70	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	581.698.714,90	0,20	614.812.490,08	0,21	2.579.290.947,70	0,88	2.599.290.947,70	0,89	2.600.290.947,70	0,89	2.601.790.947,70	0,89
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	31.346.093,99	0,01	79.861.360,77	0,03	2.025.000,00	0,00	2.050.000,00	0,00	1.900.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CONSTANTES											
	2022	% PIB	2023	% PIB	2024	% PIB	2025	% PIB	2026	% PIB	2027	% PIB
Receita Total	1.712.164.469,47	0,59	2.579.343.667,89	0,88	2.426.019.071,44	0,83	3.127.092.307,75	1,07	3.126.822.448,77	1,07	3.115.644.447,86	1,07
Receitas Primárias (I)	1.775.072.816,40	0,61	2.512.141.457,24	0,86	2.277.347.391,53	0,78	2.984.670.016,32	1,02	2.984.670.016,32	1,02	2.984.670.016,32	1,02
Despesa Total	1.712.164.469,47	0,59	2.579.343.667,89	0,88	2.426.019.071,44	0,83	2.977.912.872,02	1,02	2.977.656.505,99	1,02	2.967.037.405,13	1,02
Despesas Primárias (II)	1.671.583.869,12	0,57	2.472.681.773,82	0,85	2.365.596.216,87	0,81	2.570.836.954,26	0,88	2.570.836.954,26	0,88	2.570.836.954,26	0,88
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	6.337.310,97	0,00	39.459.683,42	0,01	88.248.827,34	0,03	413.833.062,06	0,14	413.833.062,06	0,14	413.833.062,06	0,14
Dívida Pública Consolidada (DC)	32.562.264,55	0,01	23.360.275,64	0,01	12.616.674,47	0,00	10.602.111,36	0,00	8.502.379,77	0,00	6.882.025,15	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	549.861.721,24	0,19	595.460.038,82	0,20	2.504.165.968,64	0,86	2.523.583.444,37	0,86	2.451.023.609,86	0,84	2.381.007.285,17	0,82
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	29.630.488,69	0,01	77.347.564,91	0,03	1.966.019,42	0,00	1.990.291,26	0,00	1.790.932,23	0,00	1.372.712,49	0,00

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento
 NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDJ. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.



LEI Nº 2.596 DE 10 DE JULHO DE 2024

ANEXO IV

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2025

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RS 1.00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital	4.592.873.187,17	100%	3.306.087.932,90	100%	1.916.788.137,69	100%
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.592.873.187,17	100%	3.306.087.932,90	100%	1.916.788.137,69	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio	127.181.476,76	100%	(107.239.979,68)	100%	(30.806.200,49)	100%
Reservas	0,00	-	0,00	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	-	-	-	-	-
TOTAL	127.181.476,76	100%	(107.239.979,68)	100%	(30.806.200,49)	100%

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

ANEXO V

AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2025

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RS 1.00

RECEITAS REALIZADAS	2023	2022	2021
	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	SEM OCORRÊNCIA	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2023	2022	2021
	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	SEM OCORRÊNCIA	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2023	2022	2021
	(g) = ((Ia - II d) + III b)	(h) = ((Ib - II e) + III i)	(i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	-	-	-

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

Nota :



LEI Nº 2.596 DE 10 DE JULHO DE 2024

ANEXO VI

AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

SAQUAREMA-RJ

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2025

AMF Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	14.726.492,55	28.166.738,08	46.347.559,01
Receita de Contribuições dos Segurados	5.825.619,12	8.444.694,97	12.870.757,28
Civil	5.825.619,12	8.444.694,97	12.870.757,28
Ativo	5.825.619,12	8.444.694,97	12.870.757,28
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	5.820.542,66	8.444.694,96	12.867.271,91
Civil	5.820.542,66	8.444.694,96	12.867.271,91
Ativo	5.820.542,66	8.444.694,96	12.867.271,91
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	1.487.777,82	9.530.664,37	18.785.269,10
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	1.487.777,82	9.530.664,37	18.785.269,10
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	1.592.552,95	1.746.683,78	1.824.260,72
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	1.592.552,95	1.746.683,68	1.824.260,72
Demais Receitas Correntes		0,10	
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + II - III)	13.133.939,60	26.420.054,40	46.347.559,01
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	178.442,50	269.194,38	313.140,39
Benefícios	178.442,50	269.194,38	313.140,39
Aposentadorias	65.740,60	121.818,76	157.555,61
Pensões por Morte	112.701,90	147.375,62	155.584,78
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	178.442,50	269.194,38	313.140,39
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	12.955.497,10	26.150.860,02	46.034.418,62
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2021	2022	2023
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021	2022	2023
VALOR	13.689.858,00	21.614.425,19	36.032.310,23
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2021	2022	2023
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	570.570,70	109,39	602,69
Investimentos e Aplicações	57.652.113,02	77.625.121,28	116.954.990,21
Outro Bens e Direitos	992.453,23	1.063.490,54	2.459.396,18
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	2021	2022	2023
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	12.909.768,33	15.619.559,22	17.202.322,43
RECEITAS CORRENTES (VII)	12.909.768,33	15.619.559,22	17.202.322,43
Receita de Contribuições dos Segurados	6.186.204,99	7.448.935,73	7.470.873,33
Civil	6.186.204,99	7.448.935,73	7.470.873,33
Ativo	6.057.275,15	7.373.926,33	7.402.807,61
Inativo	128.078,27	75.009,40	68.065,72
Pensionista	851,57		



Receita de Contribuições Patronais	6.634.318,13	8.042.448,18	8.122.514,70
Civil	6.043.114,65	7.371.406,14	7.399.657,61
Ativo	6.043.114,65	7.371.406,14	7.399.657,61
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos	591.203,48	671.042,04	722.857,09
Receita Patrimonial	19.088,27	123.084,91	161.363,67
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	19.088,27	123.084,91	161.363,67
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	70.156,94	5.090,40	1.447.570,73
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	70.156,94		1.447.570,73
Demais Receitas Correntes		5.090,40	
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - (IX) = (VII + VIII)	12.909.768,33	15.619.559,22	17.202.322,43

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios	25.804.349,25	31.118.070,79	34.394.767,23
Aposentadorias	22.041.554,24	26.750.960,12	29.651.080,04
Pensões por Morte	3.762.795,01	4.367.110,67	4.743.687,19
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre os Regimes			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	25.804.349,25	31.118.070,79	34.394.767,23

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	-12.894.580,92	-15.498.511,57	-17.192.444,80
---	-----------------------	-----------------------	-----------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	11.866.441,87	18.901.905,98	20.813.653,50
Recursos para Formação de Reserva			
<small>Valor registrado na conta Patrimonial "Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeiras" R\$ 20.813.653,50 (Bando R\$ 18.867.631,35 para Pagamento com Aposentados e Pensionistas, e R\$ 1.946.022,15 para suprir a parte da Taxa de Administração do Plano Financeiro)</small>			

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	102.294,34	284,51	2.903.768,48
Investimentos e Aplicações	589.602,92	1.590.668,59	130.489,77
Outro Bens e Direitos	2.294.689,06	1.662.989,74	971.356,42

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Receitas Correntes			507.568,99
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			507.568,99

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Despesas Correntes (XIII)	1.394.641,62	1.786.258,45	2.389.817,20
Pessoal e Encargos Pessoais	885.001,46	1.035.333,97	1.210.118,84
Demais Despesas	509.640,16	750.924,48	1.179.698,36
Despesas de Capital (XIV)	18.833,00	859.611,36	653.522,80
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	1.413.474,62	2.645.869,81	3.043.340,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	-1.413.474,62	-2.645.869,81	-2.535.771,01

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	315.668,66	539.876,72	348.190,93
Investimentos e Aplicações	3.687.416,43	4.311.721,95	4.989.707,06
Outro Bens e Direitos			

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2021	2022	2023
Contribuições dos Servidores			
Demais Receitas Previdenciárias			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2021	2022	2023
Aposentadorias	626.000,00	1.171.800,00	1.369.000,00
Pensões	172.000,00	323.100,00	352.000,00
Outras Despesas Previdenciárias	14.000,00	25.200,00	38.000,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	812.000,00	1.520.100,00	1.759.000,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	-812.000,00	-1.520.100,00	-1.759.000,00



PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2021	13.133.939,60	178.442,50	12.955.497,10	40.853.040,80
2022	26.420.054,40	269.194,38	26.150.860,02	67.003.900,82
2023	46.347.559,01	313.140,39	46.034.418,62	113.038.319,44

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2021	12.909.768,33	25.804.349,25	-12.894.580,92	-24.436.453,45
2022	15.619.559,22	31.118.070,79	-15.498.511,57	-39.934.965,02
2023	17.202.322,43	34.394.767,23	-17.192.444,80	-57.127.409,82

FONTE: RPPS - Serviço de Contabilidade - Sistema: Governança, Unidade Responsável: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Saquarema, Emissão: 12/04/2024 às 10:42:14

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).



LEI Nº 2.596 DE 10 DE JULHO DE 2024

ANEXO VII

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2025

TRIBUTOS	MODALIDADE	SECTOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
IFTU	Desconto do IFTU	Desconto pelo pagamento integral e antecipado, Lei Complementar n. 01/1998	R\$ 5.502.990,05	R\$ 5.701.097,69	R\$ 5.900.636,11	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Taxa de Foro	Desconto da Taxa de Foro	Desconto pelo pagamento integral e antecipado, Lei Complementar n. 01/1998	R\$ 161.612,07	R\$ 167.430,10	R\$ 173.290,16	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Taxa de Coleta de Lixo	Desconto da Taxa de Coleta de Lixo	Desconto pelo pagamento integral e antecipado, Lei Complementar n. 01/1998	R\$ 96,32	R\$ 99,79	R\$ 103,28	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
IFTU	Isenção do IFTU	Isenção de caráter não geral, Lei Complementar n. 01/1998	R\$ 7.427.645,95	R\$ 7.590.808,24	R\$ 7.856.487,57	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Taxa de Expediente	Isenção da Taxa de Expediente	Isenção de caráter não geral, Lei Complementar n. 01/1998	R\$ 160,58	R\$ 166,36	R\$ 172,18	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Taxa de Coleta de Lixo	Isenção da Taxa de Coleta de Lixo	Isenção de caráter não geral, Lei Complementar n. 01/1998	R\$ 471.988,65	R\$ 486.314,11	R\$ 498.705,11	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Taxa de Serviços Públicos	Isenção da Taxa de Serviços Públicos	Isenção de caráter não geral, Lei Complementar n. 01/1998	R\$ 65.003,49	R\$ 67.343,62	R\$ 69.700,64	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Contribuição sobre a Iluminação Pública	Isenção da Contribuição sobre a Iluminação Pública	Isenção de caráter não geral, Lei Complementar n. 01/1998	R\$ 7.264,12	R\$ 7.282,13	R\$ 7.335,97	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
IFTU	Isenção do IFTU	Isenção visando o fomento industrial, Lei n. 1.024/2009	R\$ 293.981,27	R\$ 295.354,56	R\$ 305.691,97	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Taxa de Coleta de Lixo	Isenção da Taxa de Coleta de Lixo	Isenção visando o fomento industrial, Lei n. 1.024/2009	R\$ 1.905,69	R\$ 2.036,45	R\$ 2.107,73	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Taxa de Serviços Públicos	Isenção da Taxa de Serviços Públicos	Isenção visando o fomento industrial, Lei n. 1.024/2009	R\$ 442,78	R\$ 458,72	R\$ 474,78	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Contribuição sobre a Iluminação Pública	Isenção da Contribuição sobre a Iluminação Pública	Isenção visando o fomento industrial, Lei n. 1.024/2009	R\$ 73,74	R\$ 73,29	R\$ 75,85	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
IFTU	Isenção do IFTU	Isenção visando o fomento da prática esportiva, Lei n. 533/2001	R\$ 721.048,16	R\$ 747.001,75	R\$ 773.146,81	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Taxa de Foro	Isenção da Taxa de Foro	Isenção visando o fomento da prática esportiva, Lei n. 533/2001	R\$ 188.421,94	R\$ 145.999,88	R\$ 151.305,73	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Taxa de Coleta de Lixo	Isenção da Taxa de Coleta de Lixo	Isenção visando o fomento da prática esportiva, Lei n. 533/2001	R\$ 1.674,14	R\$ 1.717,80	R\$ 1.777,98	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
ISS Construção	Isenção do ISS construção	Isenção visando o fomento da prática esportiva, Lei n. 533/2001	R\$ 221,45	R\$ 2.295,62	R\$ 2.375,97	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
Taxa de Fiscalização de Atividades Licenciadas	Isenção da Taxa de Fiscalização de Atividades Licenciadas	Isenção visando o fomento econômico	R\$ 221,48	R\$ 234,01	R\$ 242,20	Aumento do Índice de Participação dos Municípios relativo à cota parte do ICMS transferido pelo Estado do Rio de Janeiro aos Municípios. Auditoria Fiscal para aumento do IPM recebido pelo município.
TOTAL			R\$ 34.669.604,42	R\$ 35.197.710,18	R\$ 35.728.630,04	

FONTE: Secretaria Municipal de Administração, Arrecado e Tributação

A renúncia de receita aqui demonstrada atende a definição do art. 16, § 2º da LRF: "a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado". A LRF define também que a concessão ou ampliação de incentivos fiscais do qual decorra renúncia de receita deve atender alternativamente a um dos seguintes critérios: estar prevista na projeção orçamentária constante das metas fiscais estipuladas ou, em caso negativo, ser acompanhada de medida de compensação, de forma a não comprometer tais metas.



LEI Nº 2.596 DE 10 DE JULHO DE 2024

ANEXO VIII

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

**MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2025**

EVENTOS	2025	RS 1,00
Aumento Permanente da Receita	7.059.153,08	
(-) Transferências Constitucionais	0,00	
(-) Transferências ao FUNDEB	1.411.830,62	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.647.322,46	
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00	
Margem Bruta (III) = (I-II)	5.647.322,46	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	4.800.000,00	
Novas DOCC	4.800.000,00	
Novas DOCC geradas por PPP	0,00	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	847.322,46	

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento



LEI Nº 2.596 DE 10 DE JULHO DE 2024

ANEXO IX

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

SAQUAREMA/RJ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

RS 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	450.000,00	Abertura de créditos adicionais a conta redução da Reserva de Contingência	450.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	850.000,00	Abertura de créditos adicionais a conta redução da Reserva de Contingência	850.000,00
Assistências a Enchentes	3.000.000,00	Abertura de créditos adicionais a conta redução da Reserva de Contingência	3.000.000,00
Outros Passivos Contingentes não previstos	200.000,00	Abertura de créditos adicionais a conta redução da Reserva de Contingência	200.000,00
SUBTOTAL	4.500.000,00	SUBTOTAL	4.500.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	500.000,00	Limitação de Empenho	500.000,00
Restituição de Tributos a Maior	150.000,00	Abertura de créditos adicionais a conta redução da Reserva de Contingência	150.000,00
Despesas com ações Assistenciais alocadas na função 08, face a insuficiência de créditos iniciais	1.400.000,00	Abertura de créditos adicionais a conta redução da Reserva de Contingência	1.400.000,00
Devolução de recursos oriundos de Convênios e/ou Contratos de Repasses em exercícios passados, com prestação de contas rejeitadas ou não pelo concedente	60.000,00	Abertura de créditos adicionais a conta redução da Reserva de Contingência	60.000,00
Suplementação de recursos orçamentários ao Poder Legislativo em decorrência de variação positiva da receita base de repasse	2.340.000,00	Abertura de créditos adicionais a conta redução da Reserva de Contingência	2.340.000,00
SUBTOTAL	4.450.000,00	SUBTOTAL	4.450.000,00
TOTAL	8.950.000,00	TOTAL	8.950.000,00

FONTE: Sistema Governança; Unidade Responsável: Secretaria de Finanças - EMISSÃO: 11/04/2024 - 14:15 h

NOTA: Montante da Reserva de Contingência a ser consignada na LOA/2025 - RS 8.450.000,00



LEI Nº 2.596 DE 10 DE JULHO DE 2024

ANEXO X



13. Parecer atuarial

13.1 Base de dados

A base de dados utilizada neste estudo, referente a data focal de 31/12/2023, teve seu último censo realizado em 31 de dezembro de 2020, portanto de acordo com art. 9º, Inciso II da Lei nº 10.887/2004. De acordo com o exposto no capítulo 6, os dados possuem amplitude e consistências suficientes para a realização dos cálculos atuariais.

13.2 Bases técnicas

As hipóteses biométricas de Tábua de Probabilidades de Mortalidade e Geral (IBGE-2022 Masc. e Fem.) e de Mortalidade de Incapacitados Permanentes (IBGE-2022 Masc. e Fem.), foram atualizadas em relação ao exercício passado, onde foi considerada a Tábua IBGE-2020 Masc. e Fem.

A tábua de entrada em incapacidade permanente e de morbidez (Álvaro Vindas), foi mantida.

A hipótese de Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos (taxa de juros de 5,26% a.a.) utilizada foi a taxa parâmetro pela duração do passivo, conforme o art. 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

As hipóteses financeiras de Taxa de Inflação (INPC), Taxa Real Anual de Crescimento Salarial (1,00% a.a.), Taxa Real Anual de Crescimento do Benefício (0% a.a.) e Taxa de Despesas Administrativas (2,00%) foram mantidas em relação ao exercício anterior.

A NTA utilizada para o Plano Previdenciário do estudo foi a nº 2021.000471.1. A NTA utilizada para o Plano Financeiro foi a de número 2021.000471.2.

Os benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Aposentadoria por Idade, Aposentadoria Compulsória e Pensão por Morte de Aposentados são financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização. Os benefícios de



Aposentadoria por Incapacidade Permanente e Pensão por Morte de Ativos são financiados pelo Regime de Capitalização.

O método de financiamento utilizado foi o Método Agregado, o mesmo definido na NTA, e utilizado nos exercícios passados.

133 Resultados

Os cálculos foram realizados considerando a existência de Patrimônio Líquido no valor de R\$ 102.849.233,65.

Foram estimadas as receitas oriundas da Compensação Financeira, previstas na Lei Federal nº 9.796 / 1999, referentes aos segurados vinculados ao Plano Previdenciário no valor de R\$ 25.876.923,06

No Plano Previdenciário as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder têm o valor de R\$ 55.898.752,30. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos têm o valor de R\$ 1.536.688,66. As Provisões Matemáticas Totais têm o valor de R\$ 57.435.440,96. O Superávit Atuarial é de R\$ 71.199.243,05. O valor do Patrimônio Líquido somado ao plano de amortização da Lei nº 1.780 / 2018 cobre 223,96% das Reservas Matemáticas. 0

Foi encontrado o custo normal de 23,64% sobre a folha dos servidores ativos, já descontadas as contribuições de aposentados e pensionistas e utilizando o Método Agregado. Este custo é composto pelo custo para cobertura de benefícios de 20,79%, e custo para cobertura de despesas administrativas de 2,84%.

Em relação ao cálculo do ano anterior houve alteração da situação de déficit atuarial de R\$ 172.154.613,83 para superávit atuarial de R\$ 71.199.243,05. Tal fato pode ser explicado principalmente pela revisão das regras de benefícios trazidos pela lei municipal nº 2.381/2023.

Outros fatores que também contribuíram para o superávit atuarial foram:

- Aplicação do Regime de Previdência Complementar pela data de corte de 09/01/2023, conforme Portaria PREVIC nº 127/2023



- Ingresso de 1.470 novos servidores em 2023 que possuem tempo médio para se aposentar de 22,38 anos, gerando Reservas Matemáticas negativas no valor de R\$ 33.931.451,68
- Aumento da taxa de juros parâmetro de 5,12% para 5,26%

114 Recomendações

Diante dos resultados obtidos, não é necessário que sejam efetuadas alterações no Plano de Custeio para garantir a solvência do Plano de Benefícios.

É recomendável que sejam observados princípios de prudência em eventual revisão do plano de custeio quando do surgimento de superávit atuarial. É aconselhável uma abordagem cautelosa das hipóteses e dos riscos atuariais antes de reduzir o plano de custeio.

É aconselhado ao Ente a tomada dos devidos critérios para o aprimoramento contínuo da base cadastral, a fim de reduzir ao máximo o número de inconsistências e informações faltantes. De acordo com o Inciso IV do §5º do art. 47 da Portaria MTP nº 1.467, de 7 de junho de 2022, é de obrigação do RPPS a tomada de ações que promovam melhorias em sua base cadastral.

Os resultados apresentados neste documento são sensíveis a variações de hipótese e da base cadastral. Alterações futuras nas experiências observadas, como crescimento salarial, taxa real anual de retorno de investimentos, índices de mortalidade e incapacitação permanente e regras de concessão de benefícios implicarão em alterações substanciais nos resultados atuariais. Por este motivo o plano de previdência deverá sofrer acompanhamento com realização de Avaliações Atuariais ao menos uma vez por ano.


Julio Machado Passos
Atuario MIBA 1.275
Empresa CIBA nº 116